

A popularização do Centro

The popularization of the center

Cláudio Roberto de Jesus

Sociólogo, Mestre em Economia Social e do Trabalho, Doutor em Geografia
Professor do Magistério Superior da UFRN, Brasil
claudiorobertojesus@gmail.com

Recebido para revisão em 14/05/2015 e aceito para publicação em 25/06/2015

Resumo

O objetivo deste artigo é problematizar e recolocar em debate o processo de transformação das áreas centrais das metrópoles brasileiras na passagem do século XX para o XXI, com especial atenção para as transformações ocorridas em Belo Horizonte, Minas Gerais. Pretende-se questionar a ideia de degradação das áreas centrais, apontando o caráter ideológico de tal termo e sua insuficiência como componente de explicação de processos múltiplos e complexos.

Palavras-chave: popularização; Belo Horizonte; degradação;

Abstract

The purpose of this article is to discuss and debate replacing the transformation process of the central areas of Brazilian cities in the passage of the twentieth century to century, with special attention to the changes occurring in Belo Horizonte, Minas Gerais. It is intended to question the idea of degradation of the core areas, pointing out the ideological character of such term and its failure as a component of explanation of multiple and complex processes.

Keywords: popularization; Belo Horizonte; degradation;

1. INTRODUÇÃO

A cidade quase sempre foi problema para os donos do poder. Lugar de homens livres, trabalhador não resignado, potência de festa, trincheira de resistência. É também estoque de força de trabalho, força produtiva, valorização e especulação do espaço, local de disciplinamento e controle social. Potência e problema. Sendo assim, o objetivo deste artigo é problematizar e recolocar em debate o processo de transformação das áreas centrais das metrópoles brasileiras na passagem do século XX para o XXI, com especial atenção para as transformações ocorridas em Belo Horizonte, Minas Gerais. Pretende-se questionar a ideia de degradação das áreas centrais, apontando o caráter ideológico de tal termo e sua insuficiência como componente de explicação de processos múltiplos e complexos.

A metropolização das principais cidades brasileira em fins do século XX evidenciou novamente conflitos e disputas de classe que marcaram profundamente territórios da cidade,

especialmente nas áreas centrais. As lutas sociais que se intensificaram em fins dos anos 1970 em diversas cidades brasileiras tinham em comum a busca por democracia e pela participação popular nas decisões do Estado. Movimentos sindicais, partidários, reivindicativos tiveram papel fundamental no processo de abertura democrática e forjaram a Constituição de 1988, que, sem sombra de dúvida, representou um grande avanço no longo caminho de construção da cidadania. A atual Constituição repercutiu positivamente no cenário político e social, tendo em vista as demandas dos movimentos de cunho popular para ampliação dos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas, ainda que em um contexto de crise econômica e forte recessão.

Por um lado, o fortalecimento do poder local possibilitou a emergência de um variado repertório de políticas participativas e a criação de instâncias de participação popular na esfera pública. Por outro, o contexto econômico recessivo recolocou em discussão alternativas de geração de emprego e, principalmente, renda. A crise mundial decorrente dos ajustes da produção flexível anunciava a novidade do desemprego estrutural, ou seja, mesmo com a retomada do crescimento de algumas empresas, não havia um novo ciclo de contratação. Ao contrário, tornou-se condição para o crescimento das grandes empresas a reorganização dos métodos de produção e da gestão de pessoal, com o enxugamento do quadro de funcionários e investimentos maciços na automatização da produção.

Grosso modo, foi nesse cenário que as cidades tiveram que se adequar aos novos desafios lançados pela descentralização. O poder local assumiu as principais responsabilidades pela promoção do bem-estar social através de políticas públicas, ao mesmo tempo em que os recursos, diante de tal desafio, tornaram-se escassos. Aos municípios coube também a responsabilidade de promover políticas públicas participativas e de usar da criatividade para dar conta minimamente de uma enorme demanda reprimida. As carências eram bem variadas, desde obras de infraestrutura básica até políticas afirmativas.

No entanto, o que passou a chamar a atenção na opinião pública recorrentemente foi o problema do desemprego e da falta de segurança nas principais cidades brasileiras. No caso de Belo Horizonte, e também de várias outras capitais, a região central tornou-se o principal espelho de dilemas, contradições e paradoxos do fim do milênio. Do ponto de vista político, houve uma ampliação dos canais de participação e controle do poder público, especialmente no caso das prefeituras administradas por partidos de esquerda. As experiências de orçamento participativo e de alguns conselhos municipais são exemplos de tal processo. Porém, as taxas de desemprego não só aumentaram, como o tempo de permanência sem atividade remunerada tornou-se mais prolongado. No centro de Belo Horizonte, o número de desempregados em busca de trabalho tornou-se visível. Regularmente se concentravam em frente à agências de emprego na esperança de conseguirem ser explorados pelo capital, ou mesmo ficavam ali para simplesmente “matar” o tempo. O trabalho

informal aumentou significativamente, na medida em que houve um agravamento da crise, o número de camelôs, toreros, executores de pequenos serviços e outros trabalhadores informais multiplicaram nas ruas. Ao mesmo tempo, avolumaram-se problemas relacionados à limpeza urbana, dificuldade de mobilidade de carros e pedestres, diminuição nas vendas do comércio formal, grande aumento no número de furtos e roubos nas ruas. Degradação e caos foram os termos recorrentemente usados para designar as relações na área central.

De fato, o centro tornou-se foco de problemas e, em parte, reflexo do momento econômico difícil do país. No entanto, criou-se uma mitologia acerca dos fatos e personagens do cotidiano das ruas centrais da capital mineira.

O argumento da degradação é real, mas também é ideológico na medida em que escamoteia relações de dominação e embates de classe. Como já dizia Marx, o fenômeno expõe o real, ao mesmo tempo em que o encobre. O centro na verdade não se torna degradado, torna-se antes popular, fora de controle das elites, portanto perigoso. É verdade que, a partir dos anos de 1970, o centro torna-se prioritariamente local de passagem, também é perceptível que gradativamente emergem diversas atividades econômicas, religiosas, culturais e políticas de caráter popular. Em diferentes locais da área central passaram a conviver com os transeuntes camelôs, artistas de rua, *hippies*, evangélicos, sindicalistas, desempregados, estudantes, dentre outros.

Ainda que de forma breve, deve-se ressaltar desde já o sentido de popular que irá acompanhar o debate proposto. O termo popular é derivado de povo, que por sua vez só pode ser entendido quando contextualizado historicamente. O povo como conceito político tem origem no Estado romano e se contrapunha ao Senado, “ou núcleo das famílias gentílicas originárias representadas pelos pares [...]”. (BOBBIO, 1998. p. 986) A partir de então, o povo oscilou entre um papel mais central nas relações políticas e de poder até a marginalidade e ostracismo. Com a emergência do Estado nação e, mais tarde, as transformações econômicas decorrentes da industrialização, reaparece na cena política o povo como sujeito histórico.

Outro debate que se mostrou profícuo em relação à categoria povo e popular pode ser encontrado entre historiadores, antropólogos e estudiosos de outras áreas que discutem o conceito de cultura popular. Uma vez que não é objetivo deste artigo discutir exaustivamente as variações que a categoria povo e popular têm na literatura acadêmica, será dada ênfase em aspectos considerados relevantes para o tema aqui proposto. A partir do século XX, o termo cultura popular substituiu a palavra folclore, até então usada para designar o “saber do povo”, em geral grupos primitivos e agrícolas que, na opinião dos que usavam tal expressão, tendia ao esquecimento e

extinção. Petrônio Domingues (2011)¹ faz uma boa síntese e articulação do pensamento de autores que mais se destacaram nesse debate.

De acordo com Domingues (2011), Mikhail Bakhtin é um marco no que diz respeito ao debate sobre cultura popular. Para Bakhtin erudito e popular na Idade Média e Renascimento antes de ocuparem campos estanques e determinados, estavam em movimento constante de ajustes, rupturas e reajustes. Outros autores como Michel de Certeau, vão considerar a cultura popular como resultado deliberado da ação das elites. Nesse sentido, popular tem um caráter de subordinação e nulidade, tese não compartilhada pelo historiador Carlo Ginzburg, que considera a circularidade elemento chave para o entendimento da comunicação que se estabelece entre as classes dominantes e subalternas.

Para além da dicotomia entre popular e erudito, Peter Burke procura problematizar não só a pretensa relação de subordinação da cultura popular, bem como o próprio conceito de popular, na medida em que afirma existir uma grande variedade de manifestações que são denominadas cultura popular. Para Burke, se as fronteiras entre o erudito e popular são tênues, torna-se relevante, do ponto de vista da investigação científica, compreender a interação entre os grupos e não a sua distinção. Burke vai além e questiona o próprio conceito de povo, seriam todos que não fazem parte da elite? No caso da resposta afirmativa corre-se o risco de tomar a categoria povo como homogênea, a negativa coloca a árdua tarefa de entender a multiplicidade de subculturas no seio da cultura popular. (DOMINGUES, 2011)

Edward Palmer Thompson retoma a ideia de que existe uma diferenciação cultural bem perceptível no século XVIII entre classes sociais. Quando fala dos costumes em comum dos plebeus, chama atenção para o fato de que a cultura popular é bem distinta na forma de produzir e conceber o mundo. Thompson considera que a cultura plebeia se constituía a partir de um rico repertório de enunciados sociais, políticos e econômicos originais, portanto distintos da cultura da elite. Nesse sentido, pode-se afirmar a existência de uma cultura popular com relativa independência em relação à cultura das elites. No entanto, ressalta Thompson, o termo cultura popular não pode ser tomado de forma abusiva ou negligente, tendo em vista que não se pode deixar de levar em conta os conflitos, disputas, contradições e movimentos que estão contidos no cotidiano dos populares. (DOMINGUES, 2011)

É a partir de tal debate que se pretende situar o caráter popular que passa a ter o centro de Belo Horizonte na segunda metade do século XX. Em primeiro lugar, é importante esclarecer que povo entendido como uma unidade, como sendo todos, não traduz o pensamento aqui exposto. A cidade como pátria (VAINER, 200) pressupõe tal concepção em nome do pensamento único. Para o

¹ Para mais detalhes vide: DOMINGUES, P. **Cultura popular**: as construções de um conceito na produção historiográfica. História, Franca, v.30, n.2, p.401-419, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Jun. 2015.

debate proposto, povo é entendido em distinção (BOURDIEU, 2007) às elites, quer seja no campo político, econômico ou social. Pressupõem também que o popular se manifesta não só em oposição aos grupos dominantes, mas também em uma intrincada rede de disputas, cooperação, submissão, enfrentamento e aprendizado recíproco. No entanto, em concordância com Thompson (1998), pode-se dizer que há entre os populares códigos, simbologias, regras, formas de produção e comercialização, que compõem uma cultura distinta.

Daí se constrói a ideia de popularização do centro: é a partir do momento em que os populares passam não só a frequentar com intensidade a área central, mas principalmente a se apropriar do espaço com suas formas específicas de ver e lidar com a realidade vivida.

Sendo assim, a pretensão deste trabalho é questionar alguns mitos, demonstrando a inconsistência de formulações pouco explicativas das transformações recentes na dinâmica socioespacial. Em primeiro lugar será feita uma releitura da história recente da cidade, enfatizando as transformações na paisagem e nos usos da cidade. Um dos principais pontos de debate deste artigo diz respeito ao estigma de degradação e caos na região central da cidade, criado a partir da década de 1970. O fim do século XX e o início do XXI foram marcados por intensa reformulação da paisagem da área central da cidade. Diversos programas e ações do poder municipal tiveram o intuito de reordenar as relações socioespaciais no centro. Foram privilegiadas as áreas de segurança pública, a requalificação e regulação urbana, com a promoção diversas intervenções arquitetônicas nos espaços públicos, a reordenação das vias de trânsito, a intensificação do policiamento e a instalação de câmeras de vigilância, além da formulação de um Código de Posturas, aprovado no ano de 2003. Porém, é importante questionar o sentido de tais intervenções indo além do argumento casual da degradação.

Por fim, serão discutidos alguns aspectos que caracterizam a popularização do centro no fim do século XX e as formas de intervenção do poder público que têm procurado se impor como forma de controle dos populares. Será dada ênfase para o grupo dos trabalhadores informais, especialmente os camelôs. Tal escolha justifica-se na medida em que tais sujeitos se apropriaram do espaço central da cidade desde a época de sua inauguração, porém com maior visibilidade na segunda metade do século XX. Apesar de muitas das vezes trabalharem com produtos do comércio formal, têm formas distintas de comercialização e de relações com o espaço.

2. BELO HORIZONTE: UMA CIDADE PARA AS ELITES

Se, no início do século XX, a capital mineira recebia adjetivos como cidade fantasma, inacabada, apesar da existência de relações sociais, pode-se dizer que Belo Horizonte, até meados da década de 1940, tinha uma forte característica de província.

Presume-se que a capital não era uma cidade fantasma uma vez que, desde o início da existência da cidade as ações da administração municipal no espaço público se fizeram prevalecer a partir da ampliação do seu poder de polícia e da organização do espaço. A coerção policial foi um meio eficaz de controle social; porém, a fiscalização sistemática do espaço público fundamentada em leis de posturas permitiu ao poder público não só inibir comportamentos considerados nocivos ou inadequados. As posturas municipais emergentes continham uma dupla função: organizar e disciplinar aquilo que já existia e era considerado atrasado e/ou não adequado e extirpar virtualidades, comportamentos desviantes. O espaço criado gradativamente passa a ser povoado por pessoas e por signos da modernidade, moralidade, religiosidade e mineiridade. Para tanto, era necessário disciplinar o espaço público, como deixa claro o Decreto n. 10, de 24 de junho de 1925:

Art. 1º. Nos jardins públicos e praças ajardinadas, a cargo da Municipalidade, é proibida a entrada de:

- a) Pessoas ébrias, alienadas, descalças, indigentes e das que não estiverem decentemente trajadas, e bem assim das que levarem consigo cães e outros animais em liberdade, e volumes excedentes de 30 centímetros de largura por 40 de comprimento.
- b) Veículos, exceção dos automóveis e velocípede no Parque Municipal até as 18 horas da tarde;
- c) Vendedores ambulantes, com os artigos do seu comércio.

Art. 2º. É absolutamente proibido:

- a) Pisar nos gramados e canteiros;
- b) Danificar e tirar os vegetais, ou pôr-lhes as mãos;
- c) Pescar nos tanques;
- d) Atirar pedras ou outros projéteis;
- e) Entrar em viveiros;
- g) Lançar sobre as alamedas, canteiros e tanques quaisquer objetos que prejudiquem o asseio e a vegetação;
- h) Fazer algazarras;
- i) Dar tiros e queimar fogos de artifício, exceto quanto a êstes, no Parque, com autorização especial do Prefeito;
- j) Afixar dísticos e letreiros, escrever ou traçar figuras nas paredes ou em qualquer outro lugar;
- k) Atirar aos animais comida ou qualquer outra coisa;
- l) Distribuir anúncios impressos etc.;
- m) Jogar serpentina e confete;
- n) Penetrar nos lugares reservados ao pessoal, casas e máquinas etc;
- o) Danificar os ornatos, estátuas, hermas, bancos, materiais e utensílios. (APCBH, 1956, p. 36)

A lista do que não deveria ser feito é ao mesmo tempo didática e prescritiva. Deixa claro quem são os indesejáveis: os ébrios, descalços e alienados caracterizam o grupo dos indigentes, pedintes e pobres miseráveis que vagavam pela cidade com seus animais e trapos em busca de migalhas. A área central era por excelência o lugar das elites, o que não impedia os moradores da periferia de frequentar e usufruir do Parque Municipal, do ritual do *footing* e da zona boêmia. Dessa forma, as posturas procuravam em certa medida disciplinar comportamentos destoantes, por isso o seu caráter normativo. Quando se trata do “absolutamente proibido” termos como “outros projéteis”, “algazarras”, “qualquer outra coisa” e “etc.” permitem à fiscalização interpretações

variadas das condutas e da necessidade, ou não, de repreensão. Esta é uma característica importante das posturas municipais: o seu caráter normativo, descritivo e ao mesmo tempo sujeito a interpretações variadas. A aplicação da lei vai depender não só do que é determinado em termos do permitido e proibido, mas em grande medida da interpretação subjetiva da fiscalização.

Entretanto, é a partir da década de 1950 que transformações radicais vão ocorrer na área central. A transição cidade/metrópole ocorreu com alterações significativas na paisagem urbana, nas formas de apropriação do espaço e nos hábitos citadinos (LEMOS, 1988). A construção de novas edificações para moradia e serviços, como o Edifício Maletta, Acaiaca e o Conjunto JK, colocou em curso não só uma mudança na arquitetura da cidade, mas também nos usos e apropriações da área central. A diminuição do Parque Municipal e a construção da área hospitalar acentuaram ainda mais o caráter metropolitano da área central. O centro, apesar de preservar características provincianas, gradativamente tornou-se lugar de consumo e conflito; ao mesmo tempo em que adquiria um ar cosmopolita, passou a atrair de forma mais intensa os populares. O *footing*, as lojas de departamentos, os bares e cafês, a prostituição e boemia passaram a exercer forte atração (LEMOS, 1988).

A partir dos anos de 1960, a verticalização da área central consolida-se, influenciada significativamente pela forma de atuação do governo Juscelino Kubitschek. Para Celina Borges,

À proporção que as atividades se avolumavam no espaço verticalizado, o declínio de algumas taxas de serviços, caso do comércio varejista e atacadista, das moradias e dos serviços de saúde e mistos, indica uma tendência à descentralização, conseqüência, por um lado, da renovação dos espaços e atividades do lugar, reforçando a permanência de alguns serviços e, simultaneamente, expulsando outros. Com o fenômeno da metropolização, esses serviços vão se implantar nos novos núcleos urbanos formados ao longo da década. **Dentro de um tal quadro de renovação, a concentração não controlada de atividades e a falta quase total de planejamento urbano e viário por parte do poder público vão determinar os primeiros sintomas de deteriorização da área.** (LEMOS, 1988, p. 253-254. Destaque nosso)

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que ocorreu uma expansão e renovação da área central, houve um processo de descentralização; não é por acaso que a região da Savassi transformou-se rapidamente no período referenciado. As elites da capital mineira passaram gradativamente a frequentar e a ocupar a região, onde um comércio diversificado e de alto padrão, escolas, cinema, bares e restaurantes aflorou. Rapidamente, a Savassi consolidou-se como lugar das elites, tornando-se, assim, outra centralidade em Belo Horizonte (LEMOS, 1988).

É preciso ressaltar, entretanto, que a degradação da área central é uma ideia um tanto quanto obscura. O argumento corriqueiro afirma que a saída das elites do centro ocorre em função de sua deterioração, sem, no entanto, qualificar os elementos que contribuíram para isso. Em alguns casos, é a paisagem que se apresenta deteriorada (edificações mal cuidadas, praças abandonadas, poluição

visual). A degradação ambiental e o trânsito caótico também são formas de degradação da área central, como afirma Celina Borges Lemos (1988, p. 255): “A degradação do meio ambiente do centro torna-se mais evidente com a derrubada das árvores da Avenida Afonso Pena em 1963.”

A imagem do centro degradado também é fortemente associada à visibilidade dos indesejáveis. Desde os primeiros anos da capital, o centro convive com mendigos, ambulantes, prostitutas, pedintes. No entanto, a partir da década de 1960, tais grupos tornam-se mais visíveis em função da maior atração exercida pelo centro e da sua popularização. O que escapa (ou se esconde) ao discurso ideológico são as verdadeiras causas da suposta degradação do centro.

3. NECESSIDADE DE DIFERENCIAÇÃO

É possível aceitar em parte o argumento dessa degradação; no entanto, é necessário ressaltar que não há como comungar do discurso ideológico no que diz respeito à relação de causalidade estabelecida e à sua forma de qualificar a degradação. Em primeiro lugar, ao contrário do que afirma Celina Borges, pode-se dizer que é a partir do momento em que as elites deixam o centro que ocorre gradativamente a sua degradação, o que se dá ao mesmo tempo em que há uma maior popularização da área central. Não é a popularização da área central que leva à sua degradação, mas, fundamentalmente, a ausência de investimentos do poder público e privado em um espaço que se torna popular.

Ressalta-se que, a partir da década de 1960, o que é comumente chamado de degradação nada mais é que um processo de popularização do centro, que se intensifica nas décadas de 1980 e 90. Há uma interpretação corrente (VILLAÇA, 2001) de que as elites saem da área central por causa da degradação socioambiental instaurada. Pretende-se, aqui, tomar o caminho inverso: assume-se, então, o pressuposto de que é no momento em que as elites buscam novos espaços de consumo que ocorre um relativo abandono por parte do poder público da área central, iniciando-se assim certa degradação. A tese da degradação é aceita parcialmente, visto que as intervenções urbanas que reforçaram o papel de passagem da área central criou um ambiente conturbado, ao passo que a omissão do poder público em fiscalizar o comércio formal e informal fez com que se intensificassem a poluição visual e a sujeira nas ruas.

Tal tendência confirma-se a partir dos anos 1970, quando se percebe claramente um número maior de investimentos do capital imobiliário no eixo sul. Ao mesmo tempo, o Estado atua de forma decisiva na área central ao intensificar ainda mais o processo de verticalização através de uma legislação permissiva e da ausência de investimentos em obras e equipamentos urbanos. Pode-se pensar que a sobreposição de avenidas e espaços múltiplos de circulação, em detrimento da oferta de lugares de encontro e de troca, gera um tipo de movimento e de relação com a cidade,

fortalecendo ainda mais seu caráter fragmentado. A valorização do trânsito, de espaços de passagem, pode funcionar como um mecanismo segregativo, mesmo porque as avenidas são também *cercas*: controle, disciplinamento, encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado (CHAUÍ, 2006).

As intervenções urbanas fizeram da cidade um espaço moderno, ao mesmo tempo em que se criaram novas centralidades. Entretanto, a situação parece apresentar maiores níveis de complexidade, afinal o centro ainda é foco de interesse de determinados setores do capital, mesmo que seja num sentido de diferenciação socioespacial. Como ressalta Frúgoli Jr. (2000), diversos estudiosos da realidade norte-americana têm apontado para a pulverização da região central, principalmente em função da proliferação dos shopping centers e de centralidades secundárias, que em grande medida passam a concorrer com os centros tradicionais. O centro tradicional passa, assim, por um intenso processo de reconfiguração de sua estrutura econômica e social, com uma intensificação do uso e ocupação das camadas populares. Nesse sentido, a criação de outras centralidades está relacionada com a necessidade do capital em criar novas raridades², espaços mais valorizados, através de novos usos e apropriações.

Essa segregação começa a se fazer acompanhar pelo desenvolvimento de dois centros urbanos: o centro tradicional, que, abandonado pelas elites, progressivamente passa a ser ocupado pelo comércio e por serviços dirigidos aos mais pobres, e um “centro novo”, estrategicamente localizado junto à área de grande concentração das camadas de mais alta renda, e concentrando o comércio e os serviços orientados para essas camadas.

No entanto, ao mesmo tempo em que houve um deslocamento de diversas atividades do centro tradicional para a Savassi, também foram construídos shoppings em outras regiões, um contraponto de segurança, beleza e tranquilidade em relação ao centro tradicional “degradado”. O marco desse processo é a inauguração do BH Shopping, em 1979. No início da década de 1990, surgem vários outros: Minas Shopping, Shopping Cidade e Shopping Del Rey, em 1991, Diamond Mall em 1996. É claro que nem todos os shoppings foram construídos para a elite da cidade, o que de certa forma reflete certa decadência do centro tradicional, ou seja, até mesmo as camadas populares acabam por participar, enquanto consumidores, de um processo maior que está relacionado com a metropolização e a formação de novas periferias (COSTA, 2006).

Pode-se dizer que, até a metade do século 20, os espaços sociais (BOURDIEU, 2007) na sociedade belo-horizontina eram bem organizados, seus contornos se expressavam claramente na paisagem urbana. Era possível distinguir os diferentes grupos sociais a partir dos locais que frequentavam ou deixavam de frequentar. As leis de posturas da referida época dão indícios importantes de como operavam as diferenciações, como no caso do Parque Municipal (JESUS,

² Ver Lefebvre (2008).

2011). A literatura acadêmica (SOUZA, 2004; LEMOS, 1985; dentre outros) também evidencia as diferenças entre os lugares de livre acesso e trânsito das elites e as tentativas de controle das manifestações populares, expressas desde o plano da cidade:

O caráter totalizante desse tipo de planejamento, traçado de uma só vez, e que buscava destinar, previamente, o lugar para cada coisa ou grupo social, pretendia, de fato, congelar a capital em sua concepção de gabinete. Aprisionada aos rigores de um plano regido pela autoridade do saber, todo e qualquer desvio dessa ordem original era identificado como caos urbano. Havia uma intencionalidade latente nesse tipo de concepção: impedir qualquer intervenção espontânea dos habitantes no espaço. As manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas pareciam suscetíveis de ser banidas do território. (JULIÃO, 1996, p. 61)

Seria injusto dizer que a segregação vivida nas primeiras décadas do século 20 na capital mineira fosse fruto exclusivamente do plano de Aarão Reis. As diferenças de classe da sociedade brasileira eram expressas não só nas condutas dos grupos sociais, mas também nos usos do espaço urbano nas principais capitais do país. Em Belo Horizonte, havia o *footing*, os cafés, o Automóvel Clube, o comércio emergente, que no começo do século 20 eram espaços destinados às elites, apesar de o centro ser frequentado de forma crescente pelos populares. O que vale destacar ao chamar Bourdieu para o debate é que, na primeira metade do século 20, o espaço social, assim como o espaço da área central, estava muito bem delimitado. O consumo do espaço e de mercadorias situava socialmente os indivíduos e definia relações sociais fortemente hierarquizadas.

Conforme ressaltado anteriormente, é a partir da segunda metade do século 20 que ocorrem mudanças significativas na área central. Não se pretende negar os aspectos citados como fonte de degradação; cumpre ressaltar, porém, que eles não são os únicos, nem são os principais responsáveis pela formação de novas centralidades. Para Bourdieu (2007), o espaço social na sua materialidade expressa a distribuição e organização dos sujeitos e distribuição dos bens espacialmente. Nesse sentido, a organização socioespacial belo-horizontina, até meados do século 20, apesar da urbanização crescente, tem contornos bem definidos. No entanto, cada vez mais a área central passa a ser frequentada por grupos oriundos da periferia, que estabelecem lugares (VAINER, 2006), modos de vida e complexificam, confundindo as fronteiras simbólicas até então razoavelmente bem definidas. O caos urbano não ocorre por falta de planejamento, pois os centros urbanos, nesse momento, se organizam a partir da desordem aparente. Diferentemente dos autores que falam em degradação do centro, o que eles identificam como caos é entendido, aqui, como conflito, tensão, oposição, luta de classes.

A partir da década de 1960, não só os movimentos populares organizados (SOMARRIBA, 1991) passam a pressionar o poder público, a partir das suas reivindicações por melhorias em infraestrutura nos bairros, em busca de reconhecimento. De forma mais sutil, porém não menos

eficiente, os populares não apenas tornam-se frequentadores da área central, mas também passam a disputar os espaços antes dominados pelas elites.

Desenvolve-se na área central de Belo Horizonte todo um conjunto de códigos, práticas, redes sociais e econômicas que gradualmente passa a conviver e/ou rivalizar com as práticas dominantes. Nas imediações do bairro Lagoinha, da rodoviária, até a Praça da Estação, forma-se uma identidade específica, baseada em uma negociação da ordem (FREITAS, 1983) que tem como sujeitos prostitutas, cafetões, boêmios, dentre outros. Também nas imediações da rodoviária, porém confluindo para a av. Olegário Maciel e, posteriormente, nas ruas mais centrais, os camelôs foram pouco a pouco criando e fortalecendo suas redes. O Parque Municipal, apesar de perder parte considerável de sua área verde, torna-se um lugar frequentado por grupos diversos, com usos variados. Ainda hoje, preserva a diversidade como característica principal. Os moradores do centro frequentemente fazem caminhadas em suas ruas sem automóvel, grupos de jovens estudantes matam o tempo nos gramados, assim como casais de namorados, pais e parentes acompanham crianças nos brinquedos pagos e não pagos, garotas e garotos de programa aguardam nos bancos um passageiro interessado, acompanhantes de enfermos lotados em hospitais adjacentes procuram algum descanso na sombra das árvores. Tudo isso sem dizer dos mendigos, passantes, comerciantes, artistas de rua, ambulantes e tantos outros que compõem a diversidade do Parque. As principais praças da cidade tornaram-se palco de manifestações artísticas, políticas, religiosas, bem como preservaram os usos comerciais e de lazer que lhes são peculiares (BRASIL, 1992).

Se em um primeiro momento a cidade, e mais especificamente o centro, era tido como espaço promotor de um intercâmbio entre grupos diversos, por excelência um espaço democrático, ainda que pouco aberto a utopias, hoje é possível perceber uma mudança considerável nessa função. A chamada decadência do centro tradicional foi acompanhada de uma considerável ocupação “informal” que praticamente atropela os usuários: ambulantes, toreros, vendedores de bilhete de loteria, “plaqueiros”, mendigos, desempregados, malandros, trombadinhas, etc. intensificam-se particularmente os apelos sonoros e visuais, assim como o ritmo febril de ocupação social.

No entanto, toda a diversidade não implica em uma apropriação democrática do espaço, pois pode-se falar em uma cultura da rua, não institucionalizada pelos meios burocráticos tradicionais, mas não se trata de uma cultura pública democrática na medida em que tais relações se estabelecem a partir de uma apropriação quase que privada do espaço público (FRUGOLI JR, 1995,). Em grande parte, todo o comércio informal, os grupos de jovens, os meninos de rua, os malandros, dentre outros, estabelecem relações territoriais que, apesar de toda a sua diversidade, delimitam o espaço central e seus usos. Dessa forma, as manifestações e os usos do espaço central tendo em vista uma cultura pública “capaz de gerar alguma forma de sociabilidade ligada à prática do debate e da troca

de ideias, à resolução de conflitos, à aquisição de cultura, à formação parcial de traços da opinião pública.” (FRUGOLI JR, 1995, p. 71) não se fazem presente de uma forma mais efetiva.

Ocorre na área central, ao fim dos anos de 1960, do ponto de vista estritamente econômico, uma supervalorização dos imóveis, ao passo em que se tornam raros. A produção de raridades é ponto central para a se entender a reprodução capitalista moderna e as disputas de classe:

(...) As antigas raridades foram o pão, os meios de subsistência etc. Nos grandes países industrializados já há superprodução latente desses meios de viver que outrora foram raros, que provocaram lutas terríveis em torno de sua raridade. E agora, não em todos os países, mas virtualmente à escala planetária, há uma produção abundante desses bens, não obstante, as novas raridades, em torno das quais há luta intensa, emergem: a água, o ar, o espaço. (LEFEBVRE, 2008, p. 66-67)

Ou ainda, nos termos de Baudrillard (2010, p. 61),

A lógica social apossa-se novamente tanto da abundância como dos prejuízos. A influência do meio urbano e industrial faz aparecer novas raridades: o espaço e o tempo, a verdade, a água, o silêncio... Determinados bens, outrora gratuitos e disponíveis em profusão, tornam-se bens de luxo acessíveis apenas aos privilegiados, ao passo que os bens manufacturados ou os serviços são oferecidos em massa.

De fato espaço, silêncio, ar puro, cordialidade, segurança começaram a tornar-se raridade no centro de Belo Horizonte. Porém, o abandono da área central por parte das elites não se explica apenas por uma busca nostálgica da cidade jardim. Acontece que a popularização do centro é também um fenômeno de homogeneização dos lugares, que antes eram distintos. Nesse sentido, a busca de novos espaços é também uma forma de reconstrução e transferência das desigualdades. O processo de formação de novas centralidades na capital mineira expressa uma mudança nas formas de distinção até então estabelecidas. O caos e a degradação são expressões de uma crise, que não é somente econômica, das formas de segregação até então estabelecidas nos centros urbanos (LEFEBVRE, 2008). Se, em um primeiro momento, a cidade era novidade para grande parte da população, na medida em que se dissipa o estranhamento em relação ao espaço, as contradições são explicitadas. A mudança dos espaços de consumo das elites para outras áreas da cidade restabelece gradualmente uma hierarquia dos lugares, ao mesmo tempo em que produz uma diferenciação em relação às formas de consumo.

4. NOVOS ATORES CONSTROEM SEU TERRITÓRIO

A popularização do centro caracteriza-se a partir da diversidade de usos e apropriações desse espaço. Numa análise mais recente, Sant’anna (2008) descreve essa região como sendo de grande vitalidade, comportando uma ampla diversidade de atividades econômicas e de tipos sociais que utilizam esse espaço. As atividades destacadas pelo autor vão desde grandes shoppings até vendedores ambulantes; dos tipos sociais que frequentam a região, ele descreve o profissional

liberal, o burocrata, vendedores ambulantes, o grande e o pequeno comerciante, os prestadores de serviço especializado ou não, dentre outros. Desse modo, é possível afirmar que Belo Horizonte nunca chegou a perder seu centro; ele mantém seu colorido desordenado, ainda que cada vez mais marcado por dispositivos de controle e vigilância.

Dotado de grande vivacidade, o hipercentro de Belo Horizonte ainda passou por uma ampla “revitalização”, promovida pelo projeto Centro Vivo. O objetivo dessa empreitada era promover a “requalificação” dessa área, encampando assim novas funcionalidades e investimentos do poder público e da iniciativa privada. No seio desse programa, outra forma-conteúdo instrumental é concebida: trata-se do *Programa Olho Vivo*, que foi implantado com o “objetivo de diminuir o índice de ocorrência de delitos e aumentar a segurança da população³.” (CDL-BH)

O discurso que justifica tais práticas é legitimado pela ideia de executar um controle ou erradicação do chamado “caos urbano”, promovendo assim um espaço instrumentalizado que seja capaz de (des)articular a própria realização da vida. Ao mesmo tempo em que se fortalecia a imagem de degradação e caos da área central, havia também uma preocupação do poder público em ordenar o espaço. A ideia de um código de posturas ocorre na década de 1980 e vai germinar lentamente até o ano de 2003.

A atividade dos camelôs tornou-se crescente, principalmente nas décadas de 1980 e 90, quando se elevou o número de desempregados em função da forte crise econômica mundial e reestruturação produtiva. Desenvolveu-se na área central uma rede de atividades ligadas aos camelôs: comércio atacadista, transporte, estoque de produtos, vigilância e controle do espaço. Nesse sentido, tal atividade ganhou grande visibilidade e ganhou o rótulo de principal difusor do caos urbano.

O Código de Posturas aprovado em 2003, em conjunto com os diversos programas de revitalização, altera consideravelmente a paisagem da área central da cidade. O texto do código deixa, desde o princípio, bem clara a sua função:

Art. 1º - Este Código contém as posturas destinadas a promover **a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no Município de Belo Horizonte.**

Art. 2º - As posturas de que trata o art. 1º regulam:

- I - as operações de construção, conservação e manutenção e o uso do logradouro público;
- II - as operações de construção, conservação e manutenção e o uso da propriedade pública ou particular, quando tais operações e uso afetarem o interesse público;
- III - o uso do espaço aéreo e do subsolo.

Inciso III, acrescentado pela Lei nº 9.845, de 8/4/2010 (Art. 1º)

§ 1º - Para os fins deste Código, entende-se por logradouro público:

- I - o conjunto formado pelo passeio e pela via pública, no caso da avenida, rua e alameda;
- II - a passagem de uso exclusivo de pedestre e, excepcionalmente, de ciclista;
- III - a praça;

³ Para maior detalhamento dos objetivos do *Programa Olho Vivo*, veja <http://www.cdldbh.com.br/interna.aspx?fo=82>.

IV - o quarteirão fechado.

§ 2º - Entende-se por via pública o conjunto formado pela pista de rolamento e pelo acostamento e, se existentes, pelas faixas de estacionamento, ilha e canteiro central.

Art. 3º - (VETADO)

Art. 4º - **O uso do logradouro público é facultado a todos e o acesso a ele é livre, respeitadas as regras deste Código e de seu regulamento.**

Art. 5º - As operações de construção, conservação e manutenção e o uso da propriedade pública ou particular afetarão o interesse público quando interferirem em direito do consumidor ou em questão ambiental, sanitária, de segurança, de trânsito, estética ou cultural do Município.

Art. 6º - Dependerá de prévio licenciamento a realização das operações e dos usos previstos nos incisos do caput do art. 2º, conforme exigência expressa que neste Código se fizer acerca de cada caso.

Art. 6º-A - É vedada a colocação de qualquer elemento que obstrua, total ou parcialmente, o logradouro público, exceto o mobiliário urbano que atenda às disposições desta Lei.

Art. 6º A acrescentado pela Lei nº 9.845, de 8/4/2010 (Art. 2º)

Art. 7º - O regulamento deste Código disporá sobre o processo de licenciamento, sobre o documento que poderá dele resultar e sobre as regras para o cancelamento do documento expedido. (PBH, 2009, destaque nosso)

A pretensão de promover harmonia e equilíbrio do espaço urbano através do disciplinamento das condutas soa bem diferente de promover a diversidade dos usos do espaço público. O disciplinamento dos corpos (FOUCAULT, 1993) no espaço urbano ainda é uma utopia contida no Código de Posturas 2003. Apesar das recorrentes tentativas de impor um espaço disciplinado, a todo o momento se vê emergirem movimentos contrários, ou contra-usos (LEITE, 2004). Se, por um lado a administração da Frente BH Popular propunha implementar um planejamento urbano crítico, percebe-se mais uma inflexão a partir da administração Pimentel⁴ com o retorno de mecanismos de dominação e produção de consenso tradicionalmente utilizados pela burocracia estatal.

O Código de Posturas foi, efetivamente, importante para se estabelecer um ordenamento do espaço urbano belo-horizontino, especialmente na área central. No entanto as intervenções do código de posturas e dos projetos de revitalização da área central foram acompanhadas de uma crescente militarização (JESUS *et al*, 2010), controle e vigilância constante do espaço (como evidencia o programa em expansão *Olho Vivo*, que espalha câmeras de vigilância por toda a cidade) e segue “patrocinado” pelas entidades privadas (CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas)⁵.

⁴ As eleições para prefeito de Belo Horizonte em 1992 foram favoráveis à Frente BH Popular, aliança entre PV, PC, PC do B, PSB e PT, este último indicando o prefeito eleito Patrus Ananias. A proposta geral da Frente era de transformar a cidade, principalmente os contrastes oferecidos por uma metrópole como a má distribuição dos recursos públicos, especulação imobiliária e outros. Estas transformações seriam baseadas em um projeto democrático popular, ligado à construção de uma “nova cidade” e ampliação da cidadania. Em 2001, dando continuidade ao governo da Frente, tomou posse Célio de Castro e, em novembro do mesmo ano, assumiu Fernando Pimentel, interinamente, o cargo de prefeito de Belo Horizonte em substituição ao titular, licenciado por motivo de saúde. Em 8 de abril de 2003, assumiu, definitivamente, o cargo de prefeito, em razão da aposentadoria de Célio de Castro. Sobre a inflexão ocorrida em seu governo vide Sérgio Franco (2007).

⁵ O Programa Olho Vivo foi implantado com o objetivo de diminuir o índice de ocorrência de delitos e aumentar a segurança da população (CDL). Para melhor detalhamento de seus objetivos, ver material disponível em: <<http://www.cdldbh.com.br/interna.aspx?fo=82>> Acessado em 1º dez. 2010.

Ao longo das décadas de 1980 e 90 observa-se na área central da cidade a proliferação de diversos delitos, principalmente furtos, assaltos e uso de drogas ilícitas. O clima de insegurança foi amplamente divulgado e reforçado pela imprensa local, contribuindo assim, para reforçar o estigma do centro degradado e perigoso. No entanto, é possível afirmar que os princípios de segurança e liberdade, tal como observáveis no cotidiano da capital no século XXI, apresentam contradições entre princípios, desejos e as práticas cotidianas. A sobreposição de avenidas e espaços múltiplos de circulação, em detrimento da oferta de lugares de encontro e de troca (*lugares*), a multiplicação de restrições e do medo produzido pela vigilância constante geram um tipo de movimento e de relação com a cidade, fortalecendo ainda mais um caráter fragmentado e segregativo. Assim, por meio de sua desqualificação, realizada pelo deslocamento de sua função de um lugar de encontro para o de mera passagem (LEMOS, 1988; FRÚGOLI JR., 2000), o conteúdo *popular* do centro passa a ser visto, pela ótica do poder público, como degradado, morto, algo a ser revitalizado ou protegido, ainda que na prática se mostre dinâmico e efervescente (SANT'ANNA, 2008).

No caso dos camelôs, além de vendedores tornam-se, em algumas situações, empregadores, compradores de mercadorias, clientes de bancos públicos e privados e usuários de serviços diversos. Ou seja, assumem funções antes privilegiadas dos participantes do mercado formal.

Há também, naquele momento, uma disputa pelo espaço público e pelos lugares da cidade. Na medida em que se desenvolve uma rede econômica e social em torno do trabalho dos camelôs, amplia-se também o território ocupado. Os inconvenientes decorrentes de tal expansão tornaram-se também bastante perceptíveis, como a sujeira nas ruas, dificuldade de passagem de pedestres, maior chance de ação oportunista de ladrões e, principalmente, a menor exposição das vitrines das lojas.

Havia outra disputa, menos visível, mas extremamente importante em termos de manutenção da nossa estrutura social de extrema desigualdade. No contexto do capitalismo tardio, os camelôs foram um dos principais responsáveis pela massificação do consumo das camadas mais pobres pela via do contrabando e da pirataria. A atividade dos camelôs ganhou força graças a uma mudança estrutural no capitalismo. A década de 1980 foi o auge da crise de superprodução e definiu os rumos do processo de reestruturação produtiva.

No Brasil, os produtos piratas e contrabandeados vão ser disseminados em larga escala pelos camelôs nas ruas das grandes capitais. O comércio, que era abastecido de forma individualizada, tornou-se extremamente organizado e rentável. No entanto, reduzir a atividade dos camelôs e da rede que se solidificou não só na área central da cidade a simples contravenção é desconsiderar o papel social e a força econômica do circuito paralelo. Graças ao comércio informal, houve uma popularização do consumo de produtos pirateados, mas também dos originais. A venda de CDs, DVDs e jogos piratas impulsiona também a venda de aparelhos originais para reproduzi-los;

populariza e massifica artistas da música e do cinema comercial, além de divulgar e fortalecer identidades de marca (KLEIN, 2002).

As disputas mencionadas ganham força nos anos de 1990, quando as elites já abandonaram por completo a região central, e vão rebater no Estado, que, através da Prefeitura, em um primeiro momento, vai procurar intermediar interesses conflitantes, assumindo como legítima a atividade do camelô ao regulamentar o seu trabalho. Ao mesmo tempo em que vai estabelecer um espaço de negociação entre os interesses dos comerciantes e dos camelôs, coloca em discussão também a questão do espaço público. Porém, em um segundo momento, há uma inflexão na forma de gestão municipal, as negociações retrocedem, abre-se a possibilidade de aprovação de um Código de Posturas que deslegitima por completo o trabalho de camelô, mas que possibilita a permanência do comércio paralelo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações ocorridas nas metrópoles brasileiras na segunda metade do século XX levaram a um processo de construção de novas periferias, notadamente marcado pela criação de novas centralidades, subúrbios e autosegregação. A saída das camadas médias da área central tradicional foi fator fundamental para o desleixo do poder público em relação ao centro. Como dito anteriormente, não se pretende negar os aspectos citados como fonte de degradação; porém não é adequado denominar tal processo como de degradação da área central, uma vez que o que efetivamente ocorre é um processo de popularização da área central. O centro continuou dinâmico, efervescente, profícuo em relações sociais, mas relações de outra natureza, como no caso do comércio ambulante e dos camelôs.

As ações do poder público na virada do século XX para o XXI em Belo Horizonte promoveram uma grande transformação na paisagem urbana, especialmente na área central. Ainda hoje a cidade sofre com inúmeras intervenções nas principais vias de tráfego e nos bairros tradicionais. No entanto, o que se percebe é que não há, efetivamente, uma *gentrificação* do centro, que continua a ser ocupado pelas camadas populares. De fato, não há um retorno das camadas médias, que continuam morando em seus condomínios nas franjas da cidade e disponibilizando cada vez mais tempo para ocupar seus automóveis em congestionamentos. Resta saber até quando no Brasil se suportará tal modelo e aguardar os apologistas do ressurgimento da metrópole, que falarão sobre a revitalização do centro, como se em algum momento ali deixasse de transbordar vitalidade.

REFERÊNCIAS

- APCBH. Código de Posturas 1956. Belo Horizonte. Doação do Senhor Newton Santos.
- PBH. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade>. Acesso em 12 mar. 2010.
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO (DOM). Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 6 abr. 2010. http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regulacaourbana&tax=23290&lang=pt_BR&pg=5570&taxp=0&. Acesso em: 12 jun. 2009.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2007. 213p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: UNB, 1998. Vol. 1: 674 p.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 746p.
- BRASIL, F. P. D. **De festeiros aos caras pintadas**: apropriação das praças como espaço de lazer, cultura e cidadania. 1992. 92 p. Monografia (Especialização em Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.
- CHAUÍ, M. S. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 147p.
- COSTA, Heloisa Soares de Moura.; COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. 467 p.
- DOMINGUES, Petrônio. Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. *História, Franca*, v. 30, n. 2, p. 401-419, Dec. 2011 . disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200019&lng=en&nrm=iso>. access on 23 June 2015.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** – história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1993. 280p.
- FRANCO, S. H. R. **A democracia, o socialismo e o urbano**: reflexões a partir da experiência dos governos das frentes de esquerda na cidade de Belo Horizonte. 2007. 291 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- FREITAS, Blandina Mara de Lima et al. **A globalização dos excluídos**. Iniciação científica Newton Paiva 2005-2006, Belo Horizonte, n. 7, 2006. 238p.
- FRUGOLI JUNIOR, HEITOR; SESC. **São Paulo**: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero: SESC, Dep. Regional no Estado de São Paulo, 1995. 111p.
- _____. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Universidade de São Paulo, 2000 264p.

JESUS, A **geografia urbana do camelô belo-horizontino**. 2011. 229 p. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

JESUS, C. R.; SANTOS, I. R. T.; NOGUEIRA, M. L. M.; SOARES, R. S. **A invisibilidade do óbvio: política na praça pública**, 2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_3/abep2010_2547.pdf. Acesso em: 17 jul. 2011.

JULIÃO, L. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, E. F. BH – **Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. 342p.

KLEIN, Naomi. **Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 543p.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 190p.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, (SP): Ed. da UNICAMP; Aracaju: Ed. da UFS, 2004. 342p.

LEMOS, Celina Borges. **Savassi: a consolidação de um centro urbano**. 1985. 150p. Trabalho final do curso de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

LEMOS, C. B. **Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do Centro de Belo Horizonte**. 1988. 368 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

SANT'ANNA, Marcus Vinicius. **Entre o projeto urbano e o lugar: práticas, representações e usos do espaço público no processo contemporâneo de renovação do hipercentro de Belo Horizonte**. 2008. 162 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. **Reivindicações urbanas em Belo Horizonte e a política**. Belo Horizonte. 1991. 117 p. Tese (Professora Titular). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

SOUZA, M. A. **A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. 201p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

VAINER, C. B. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: ARANTES, O; VAINER, C. B.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. 192p.

VILLAÇA, F. **Espaço intra urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nobel, Fapesp, Lincoln Institute of Land Police, 2001. 373p.